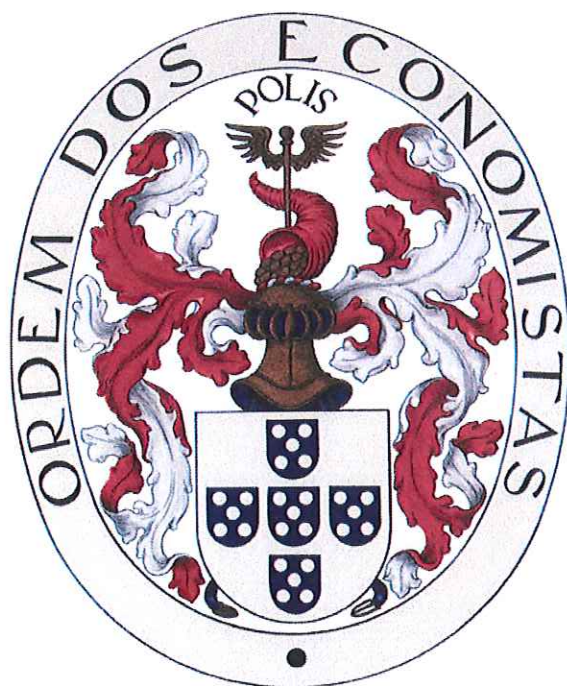


ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2014

LISBOA, MARÇO DE 2015

Índice

Mensagem do Bastonário	3
I – Enquadramento Macroeconómico.....	4
II – Actividades Desenvolvidas.....	7
III – Caracterização da Ordem.....	13
IV – Análise da Situação Económica e Financeira.....	15
V – Resultado do Exercício	17
Demonstrações Financeiras	18
Anexo às Demonstrações Financeiras	22

Handwritten signatures in blue ink, consisting of several stylized initials and names.

Mensagem do Bastonário

Vivemos 2014 como um ano complementar ao mandato normal de três anos que, estatutariamente, rege a Ordem dos Economistas na expectativa da aprovação do novo Estatuto pela Assembleia da República.

Tal acabou por não se verificar e, mesmo hoje, vivemos numa situação sem qualquer certeza quanto à aprovação final ou não do Estatuto em questão.

2014 foi um ano de muitas realizações, cumprindo o programa de actividades proposto pela Direcção e que culminou, em Dezembro, pela realização de eleições para o triénio 2015-2017.

Estivemos abertos às questões fundamentais em tempos difíceis, as quais discutimos em sessões várias, temas ligados à economia portuguesa e ao seu enquadramento europeu, à evolução da Europa, ao crescimento e às questões sociais.

Agradecemos, neste momento, o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da Ordem ao longo do ano bem como o acompanhamento que a Direcção tem tido da parte dos restantes Órgãos Sociais e dos seus Membros.



Rui Leão Martinho
Bastonário

I – Enquadramento Macroeconómico

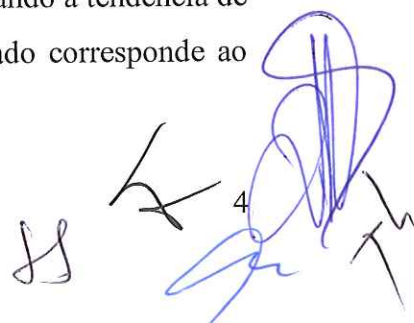
O Banco Mundial considerou o ano de 2014 como “um ano decepcionante” em termos de crescimento. Contudo, segundo as estimativas intercalares de Janeiro divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia terá crescido a um ritmo de 3,3%, mais 0,3% em comparação com o ano anterior.

Ainda de acordo com o FMI, o grupo dos países desenvolvidos terá registado uma ligeira aceleração na actividade (+0,5 p.p.), mantendo porém taxas de crescimento muito baixas (1,8% em 2014); no bloco emergente e em desenvolvimento assistiu-se a um arrefecimento da actividade de 4,7%, em 2013, para 4,4%, em 2014. Pela negativa, salienta-se a contínua tendência de arrefecimento nas economias emergentes e em desenvolvimento, em resultado de questões de ordem geopolítica, bem como da manutenção de vulnerabilidades estruturais, acrescendo ainda o impacto da evolução dos preços das matérias-primas. Em consequência do baixo crescimento económico, dos níveis de desemprego ainda elevados e da diminuição dos preços das matérias-primas, a inflação permaneceu muito baixa em grande parte das economias desenvolvidas, tendência que foi também seguida em diversas economias emergentes.

A evolução do crescimento não foi igual entre as principais regiões e economias do mundo. Nos EUA e no Reino Unido a actividade ganhou intensidade ao longo de 2014, assente sobretudo na procura interna. Na área Euro, embora a economia tenha voltado a crescer após dois anos de contracção, o ritmo de actividade permaneceu modesto.

A actividade económica dos EUA teve uma visível aceleração, com o ritmo de crescimento a situar-se nos patamares mais elevados da última década. Segundo o Departamento de Comércio do país, a economia americana cresceu 2,4% em 2014. Este foi o quinto ano seguido de crescimento do PIB dos EUA, após dois anos de recessão (2008 e 2009), provocados pela crise financeira internacional. A taxa de desemprego nos EUA atingiu o valor mínimo, em 6 anos e meio, situando-se nos 5,6%.

A economia chinesa, a segunda maior do mundo a seguir aos Estados Unidos, cresceu 7,4% em 2014, menos 0,3% que o registado no ano anterior, continuando a tendência de decréscimo. Com efeito, o comportamento observado no ano passado corresponde ao ritmo mais lento de crescimento desde 1990.

Handwritten signature and initials in blue ink, including a large stylized signature and the initials 'SS'.

Nos 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Produto Interno Bruto (PIB) registou no ano de 2014 um crescimento de 1,9%. Após a desaceleração verificada no primeiro trimestre de 2014, ao cair para 0,2%, o PIB conseguiu recuperar os valores atingidos em 2013 - com um crescimento de 0,4% no segundo trimestre, 0,6% no terceiro e 0,5% no último.

O consumo foi o principal motor em seis das sete maiores economias que participam do grupo (EUA, Alemanha, Japão, Reino Unido, Itália e Canadá).

Em 2014, a economia europeia apresentou recuperação frágil e modesta em comparação com outras economias avançadas, e também com exemplos históricos de recuperações de outros países em altura de pós-crisis financeiras. Depois de um ano de crescimento moderado, o reequilíbrio da economia progride e a competitividade exterior melhora, sobretudo nos países mais vulneráveis.

No segundo semestre deste ano, o crescimento do PIB na Europa apresentou um valor modesto (1,4%) e na área do euro quase estagnou (0,9%). Porém, é a taxa mais rápida de crescimento desde 2011 e desde a crise da dívida soberana europeia. Os maiores impulsos, em final de ano, pertenceram à Alemanha, à Espanha e à Estónia mas, ao longo do ano, o desempenho dos diferentes estados membros continuou a evidenciar-se. O crescimento na Alemanha voltou a contrastar com o fraco crescimento em França e com a estagnação em Itália.

No 1.º trimestre de 2014, assistiu-se a uma diminuição da incerteza e dos riscos financeiros globais associados às dívidas soberanas da área do euro, em parte, devido ao processo de reajustamento estrutural das economias mais frágeis e aos progressos feitos em torno da construção da União Bancária Europeia.

O desemprego na zona euro registou uma ligeira redução em 2014, após dois anos consecutivos de aumento. A taxa de desemprego média, até Novembro, fixou-se em 11,6%, ou seja, menos 0,4 p.p. do que o registado em 2013.

Depois de um período de três anos de contracção da economia, Portugal conseguiu em 2014 voltar a crescer tendo registado um aumento global de 0,9%, resultado da recuperação da procura interna, depois do recuo de 1,4% em 2013. Apesar do Produto Interno Bruto (PIB) ter registado uma diminuição de 0,6%, em termos reais no 1º

H. L. 5

trimestre do ano, depois do aumento registado no último trimestre de 2013, registou uma tendência de crescimento de 0,3% no segundo e terceiro trimestres e de 0,5% no quarto trimestre.

Em Maio de 2014, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado em 2011 com a Comissão Europeia (CE), o BCE e o FMI. A taxa de desemprego no país desceu nos três primeiros trimestres de 2014, altura em que atingiu 13,1%, o registo mais baixo em 4 anos. Contudo, depois de o desemprego trimestral ter aumentado na parte final do ano, a taxa atingiu o valor de 13,9%, uma diminuição de 2,3 pontos percentuais face a 2013. Portugal teve em média 726 mil pessoas desempregadas durante o ano passado.

Na frente orçamental continuaram os esforços no sentido da redução do défice, que se estima que se tenha situado abaixo da meta definida pelo Governo. Para esta evolução contribuiu sobretudo o crescimento da receita fiscal.

O Conselho de Finanças Públicas (CFP) estima que a dívida pública portuguesa em 2014 foi superior aos 127,2% definidos pelo Governo e que, apesar da melhoria registada em Novembro, a redução de Dezembro foi insuficiente para cumprir o objectivo anual. A confirmar-se a previsão, o Governo falha assim dois objectivos: a própria meta e o início da trajectória de redução do rácio da dívida. Os economistas justificam que este desvio resulta de um aumento da dívida acumulada em termos nominais (mais 1,2 mil milhões de euros), onde o Governo utilizou menos depósitos do que o previsto, tendo fechado o ano com 12,4 mil milhões de euros de reserva.

O défice da balança comercial - de 9,6 mil milhões de euros - é o quinto maior entre os países da União Europeia. O agravamento deveu-se ao crescimento das importações (3%) superior ao crescimento das exportações (2%).



6

II – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das linhas programáticas da Direcção para o mandato 2011/2013, assim como do Plano de Actividades para 2014, a Ordem levou a efeito, neste ano, um conjunto de iniciativas e de realizações, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

Procedeu-se à actualização do “Guia dos Protocolos” - disponível no portal da Ordem - o qual atingiu os 509 acordos, abrangendo os mais diversos bens e serviços.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

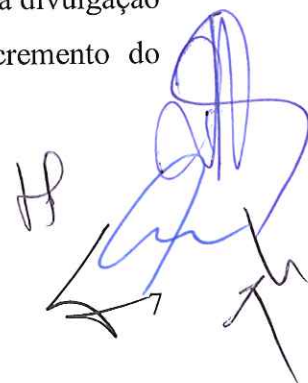
Dedicou-se atenção especial à Bolsa de Emprego, tendo-se consolidado os acordos com as empresas Hays e Michael Page para a disponibilização, através do portal da Ordem, de anúncios de oferta de emprego.

3. Aproximação às Universidades e fortalecimento do relacionamento com as Associações Estudantis

Manteve-se o estreito relacionamento com a AIESEC - Associação Internacional dos Estudantes de Economia, de cujo Conselho Consultivo é membro o nosso Bastonário, tendo as instalações da Sede acolhido as reuniões da AIESEC.

4. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

4.1 Criada na sequência do projecto designado por “Portugal: Missão Crescimento”, a Associação Missão Crescimento, de que são membros fundadores o Fórum de Administradores de Empresa, a Ordem dos Economistas, a Ordem dos Engenheiros, e o Projecto Farol, e que tem como objectivo dinamizar o debate e promover iniciativas que visem a identificação de acções e medidas concretas para o crescimento da economia portuguesa, concretizou em 2014 o seu programa de acção, do qual se salienta a publicação trimestral de um Boletim temático, a realização de workshops e a divulgação pública das medidas que a Associação considerou cruciais para o incremento do crescimento económico.



4.2 Manteve-se o relacionamento com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Portugal e em Espanha, que culminou com a realização do II Seminário Ibérico de Economistas, que decorreu na nossa Sede, em Junho passado.

4.3 A Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

5. Prémio “António Simões Lopes – melhor Tese de Doutoramento”

Pelo primeiro ano, e com o patrocínio da PriceWaterhouseCoopers e o apoio do jornal Económico, a Ordem atribuiu o “Prémio António Simões Lopes”, o qual pretende distinguir a melhor Tese de Doutoramento.

O Júri, constituído pelo Bastonário (que presidiu), pelo presidente da PriceWaterhouseCoopers, pelo presidente do Económico e pelos representantes das Universidades da Beira Interior e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, atribuiu o Prémio à tese “Impact Assessment of Energy and Climate Policies: a Hybrid Bottom-up General Equilibrium Model (HyBGEM) for Portugal, da autoria de Sara Proença, do Instituto Superior de Economia.

A cerimónia de entrega do “Prémio António Simões Lopes” ocorreu no dia 30 de Junho, no Hotel Sana Epic Lisbon, e contou com a presença da viúva do Professor António Simões Lopes.

6. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

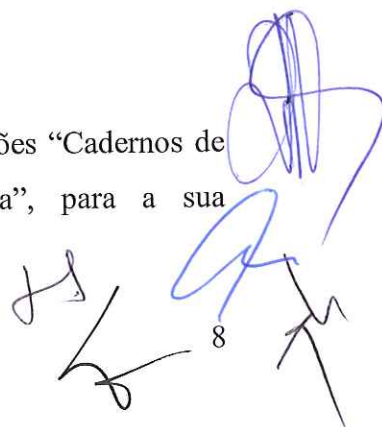
Foi mantido e reforçado o apoio às iniciativas das Delegações Regionais, bem como à Comissão Instaladora da Delegação Regional do Algarve, nomeadamente através da participação do Bastonário em actividades locais.

7. Modernização dos Serviços da Ordem

Consolidou-se o trabalho de racionalização e modernização dos Serviços.

8. Publicações

Manteve-se o acordo com a Polimeios, empresa editora das publicações “Cadernos de Economia” e “O Economista-Anuário da Economia Portuguesa”, para a sua

Handwritten signatures and a stamp in blue ink. The stamp is circular and contains the number '8'. There are several overlapping signatures around the stamp.

disponibilização online no portal da Ordem, gratuitamente e em exclusivo para os seus membros.

9. Participação em debates televisivos e programas de divulgação económica

9.1 Manteve-se a colaboração regular da Ordem com o canal de televisão Etv, através da participação semanal do Bastonário em diversos programas, bem como de Membros da Ordem e de outros convidados.

9.2 No âmbito do Protocolo entre a Ordem dos Economistas e a RTP2, manteve-se a participação de Membros da Ordem no programa “Sociedade Civil”.

9.3 De registar, ainda, a intervenção ao longo do ano do Bastonário em diversos meios da comunicação social.

10. Eventos

10ª Conferência Anual dos Economistas

No dia 19 de Novembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, realizou-se a 10ª Conferência Anual da Ordem dos Economistas, que como habitualmente teve como objecto do debate o "O Orçamento do Estado para 2015".

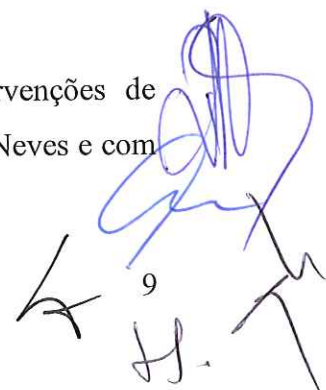
Na Sessão de Abertura intervieram o Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian e o Bastonário.

O programa da Conferência assentou em três painéis temáticos:

- **1º Painel: “O Orçamento do Estado para 2015”**, que contou com a intervenção de Hélder Gomes dos Reis como orador, sendo comentadores Manuel Sebastião e Teodora Cardoso e moderador Adriano Pimpão.

- **2º Painel: “Os Impostos e a Política Fiscal no Orçamento do Estado para 2015”**, que teve as participações de Paulo Núncio como orador, Diogo Leite Campos, Rosa Areias e Rogério Fernandes Ferreira como comentadores e de Raúl Marques como moderador.

- **3º Painel: “O Crescimento Económico”**, que contou com as intervenções de Esmeralda Dourado, José da Silva Lopes, João Salgueiro e João César das Neves e com a moderação de Luís Sítima.



Ciclo de Conversas sobre “Emprego e Sustentabilidade Social”

Deste ciclo, realizado em parceria com a Revista Economia e Segurança Social, constaram cinco Conversas, moderadas pelo jornalista Paulo Ferreira, abordando os seguintes temas:

1ª Conversa – “Salário Mínimo”, tendo como oradores Daniel Bessa, João Proença e José Varejão.

2ª Conversa – “Economia e Organização do Trabalho (Personnel Economics)” com a participação, como oradores, de Augusto Mateus, Francisco Lima e João Talone.

3ª Conversa – “Dualização do Mercado de Trabalho”, tendo como oradores António Monteiro Fernandes, Mário Centeno e Volker Erich Muller.

4ª Conversa – “Mercado de Trabalho do Sector Público”, com a participação dos oradores Isabel Corte Real e Joaquim Filipe Araújo.

5ª Conversa – “Emprego e Inclusão Social”, com a participação dos oradores Carlos Farinha Rodrigues e Fernando Medina.

II Seminário Ibérico de Economistas

Em parceria com o Consejo General de Economistas de Espanha realizou-se, na Sede da Ordem, o segundo encontro Ibérico de Economistas, que debateu os temas:

- “Da Austeridade ao Crescimento” – oradores Fernando Teixeira dos Santos e Carles Gasóliba e moderador António Costa.

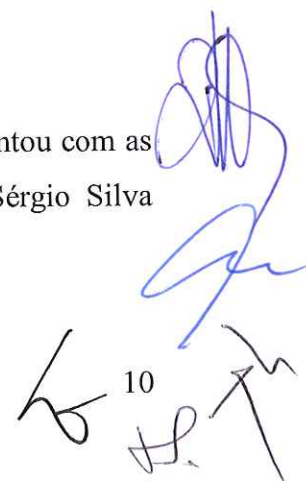
- “A Economia Verde nos Países Ibéricos” - oradores Nuno Oliveira e Pablo Palanci e moderadora Alda Martins.

- “A Espanha e Portugal na U.E.” – oradores Vitor Martins, José Maria Casado Raigón e Ramón Tamames e moderador Miguel Ángel Vázquez Taín.

A sessão de encerramento contou com as intervenções de Eduardo Junco, Embaixador de Espanha em Portugal, Valentín Pich, Presidente do Colégio de Economistas de Espanha e de Rui Leão Matinho, Bastonário da Ordem dos Economistas.

Fim de Tarde na Ordem

Prosseguiu-se a realização dos “Fim de Tarde na Ordem” que, em 2014, contou com as participações de Fernando Medina, Rui Rio, Manuel Caldeira Cabral, Sérgio Silva Monteiro e António Pires de Lima.



10

Conferência “Orçamento do Estado para 2015 – Saúde e Segurança Social: para onde vamos?”

Nesta conferência foram abordadas as políticas sectoriais da saúde e da segurança social no quadro do Orçamento do Estado para 2015, através das intervenções de Miguel Teixeira Coelho, Pedro Marques, Maria Margarida Corrêa de Aguiar, Adalberto Campos Fernandes, Miguel Gouveia e Paulo Macedo, sendo moderador Rui Leão Martinho.

Conferência “ O papel da Alemanha na União Europeia”

Em parceria com a Embaixada da Alemanha e o European Academy Berlin, realizou-se no Hotel Cidadela de Cascais a Conferência sobre “O papel da Alemanha na União Europeia”, na qual foram oradores António Perez Metelo, Bernd Müller, Gesine Lötzsch Michael Best, Michael Roth, Rui Leão Martinho e Raúl Marques e moderadores Eckart Stratenschulte, Gustavo Cardoso Ober e Miguel Frasquilho.

Conferência “Empreendedorismo e Inovação”

Realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian a conferência subordinada ao tema “Empreendedorismo e Inovação”, na qual foram oradores André Albuquerque, Carlos de Castro, João Taborda, José Basílio, José Epifânio da Franca, Pedro Gonçalves, Rui Tocha, Pedro Pacheco e Vasco Teixeira, sendo moderadores Jorge Portugal, Luis Sítima, Raúl Marques e Artur Santos Silva,

Conferência “A experiência espanhola no estabelecimento da Marca/País”

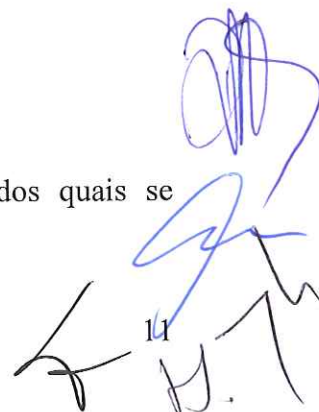
Em parceria com a Embaixada de Espanha em Portugal, realizou-se, na nossa Sede, uma conferência sobre “A experiência espanhola no estabelecimento da Marca/País” na qual foi orador Carlos Espinosa de los Monteros e moderador Rui Vilar.

Jornadas de Fiscalidade

Em parceria com a PriceWaterhouseCoopers realizou-se, em Lisboa e no Porto, o evento designado por “Jornadas da Fiscalidade”.

Workshop

No decurso de 2014 tiveram lugar na Ordem diversos Workshop, dos quais se destacam:



- Apresentação do Programa PME Digital;
- eCommerce – como criar e gerir a ferramenta de Lojas Online;
- Coaching for Leaders.

Apresentação do Livro “A Economia portuguesa na União Europeia 1986-2010”

Realizou-se na nossa Sede uma sessão de apresentação do livro “A Economia portuguesa na União Europeia 1986-2010”, na qual foram oradores Carlos Costa, Carlos Marinheiro, Francisco Veiga, Rui Leão Martinho, Manuel F. Martins, Pedro Adão e Silva e Pedro Teixeira. A moderação esteve a cargo da jornalista Helena Garrido.

11. Contactos com outras Instituições

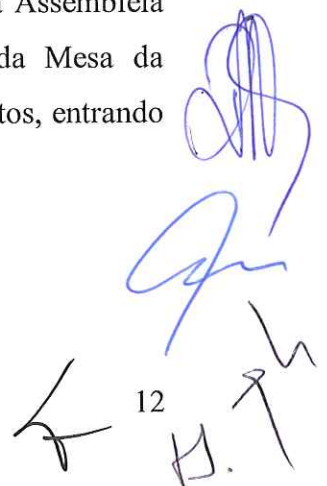
Com o objectivo de desenvolvimento de actividades conjuntas, foram estabelecidos ao longo do ano, contactos com diversas instituições, nomeadamente com Banco de Portugal, IPCG/APAF, Revista de Economia e Segurança Social, SPGG - Sociedade Portuguesa de Geriatria e Gerontologia, IDEFF/BDP/ISP, Colégio de Economistas de Espanha e Ernst Young.

12. Revisão dos Estatutos da Ordem

A Lei nº 2/2013, de 10 de Janeiro, veio determinar a revisão dos Estatutos de todas as Ordens Profissionais, de modo a adequar as normas estatutárias às disposições desta Lei, e fixou um prazo, 12 de Abril de 2013, para o Governo apresentar à Assembleia da República as Propostas de Lei de revisão dos Estatutos das diversas Ordens.

Na obstante o esforço da nossa Ordem, o processo não veio a ter seguimento por parte do Governo nos prazos definidos na Lei.

De todo este processo a Ordem foi mantendo os seus Membros devidamente informados, nomeadamente através da realização de duas Assembleias Gerais, convocadas expressamente para apreciação deste processo, tendo a última Assembleia Geral, realizada em 23 de Julho, deliberado solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a convocação de eleições, nos termos dos actuais Estatutos, entrando os órgãos eleitos em funções em 1 de Janeiro de 2015.



Handwritten signature and date: 12 H.

III – Caracterização da Ordem

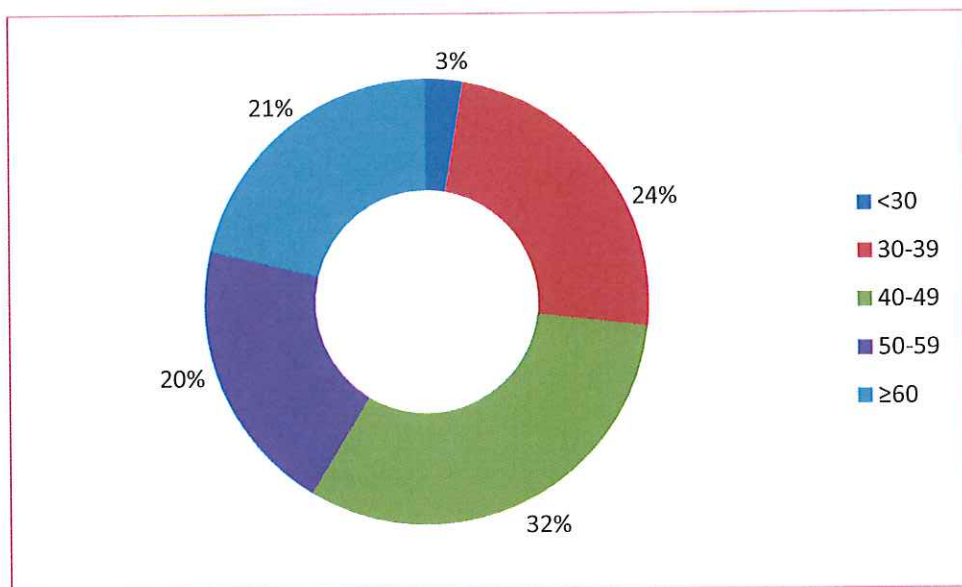
1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem em 31 de Dezembro de 2014 era de 11.588, o que representa uma redução de 135 Membros relativamente a 2013, com a seguinte distribuição por colégio de especialidade:

Colégio de Especialidade		Efectivos	Estagiários	Suspensos	Total
Economia Política	Economia Política	3.726	157	41	3.474
	Análise Financeira	17			17
	Auditoria	15		1	16
	Análise Financeira/Auditoria	2			2
Economia e Gestão Empresariais	Economia e Gestão Empresariais	7.432	428	122	7.982
	Análise Financeira	43			43
	Auditoria	46			46
	Análise Financeira/Auditoria	8			8
Total		10.839	585	164	11.588

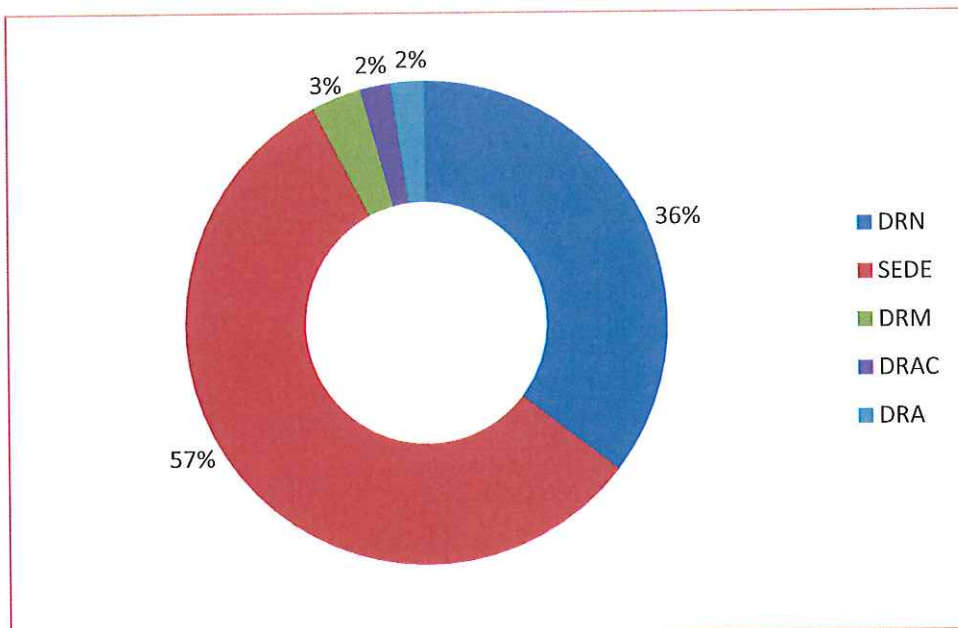
Da análise da distribuição dos Membros por faixa etária, conclui-se que a que tem maior peso (32%) é a faixa dos 40 aos 49.

Distribuição dos membros por Faixa Etária



[Handwritten signature]
13

No que se refere à distribuição dos Membros por Delegação Regional, salienta-se o peso da Sede com 57% e da Delegação Regional do Norte com 36% do total.



[Handwritten signature]
14

IV – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:

(em euros)

	2014 (a)	2013 (b)	Varição (a)-(b)	%
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	427.413,73	479.552,20	-52.138,47	-10,87
GASTOS COM O PESSOAL	401.554,09	405.730,33	-4.176,24	-1,03
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	31.260,90	40.994,44	-9.733,54	-23,74
PERDAS POR IMPARIDADE	139.231,23	127.385,43	11.845,80	9,30
OUTROS GASTOS E PERDAS	16.595,02	19.502,78	-2.907,76	-14,91
TOTAL DE GASTOS	1.016.054,97	1.073.165,18	-57.110,21	-5,32
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	887.340,00	898.199,99	-10.859,99	-1,21
Jóias	2.975,00	2.900,00	75,00	2,59
Inscrições em Eventos	5.844,70	12.911,52	-7.066,82	-54,73
Outros Proveitos	3.115,11	21.694,36	-18.579,25	-85,64
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	83.932,92	112.357,78	-28.424,86	-25,30
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	12.215,33	10.997,01	1.218,32	11,08
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	54.448,75	72.010,60	-17.561,85	-24,39
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.049.871,81	1.131.071,26	-81.199,45	-7,18
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	33.816,84	57.906,08	-24.089,24	-41,60



15



2. Execução Orçamental

Na demonstração dos resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real, em 2014:

(em euros)

	2014		Variação (b)-(a)	%
	Orçamento (a)	Real (b)		
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	423.000,00	427.413,73	4.413,73	1,03
GASTOS COM O PESSOAL	389.000,00	401.554,09	12.554,09	3,13
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	42.000,00	31.260,90	-10.739,10	-34,35
PERDAS POR IMPARIDADE	140.000,00	139.231,23	-768,77	-0,55
OUTROS GASTOS E PERDAS	58.600,00	16.595,02	-42.004,98	-253,12
TOTAL DE GASTOS	1.052.600,00	1.016.054,97	-36.545,03	-3,60
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	901.440,00	887.340,00	-14.100,00	-1,59
Jóias	2.500,00	2.975,00	475,00	15,97
Inscrições em Eventos	2.500,00	5.844,70	3.344,70	57,23
Outros Proveitos		3.115,11	3.115,11	100,00
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	117.000,00	83.932,92	-33.067,08	-39,40
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	12.215,33	9.515,33	77,90
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	48.400,00	54.448,75	6.048,75	11,11
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.074.540,00	1.049.871,81	-24.668,19	-2,35
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	21.940,00	33.816,84	11.876,84	35,12

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a apresentar uma boa situação financeira, atingindo o Fundo Patrimonial o montante de 2.926.080,22 euros, conforme Balanço em 31 de Dezembro de 2014.

A Tesouraria registou uma evolução positiva.

As aplicações financeiras no montante de 375.000,00 euros transitaram para operações de curto prazo, uma vez que o reembolso se realiza em 2015.

4. Investimento

O valor dos investimentos em 2014 foi de 5.587,68 euros, o qual se refere à aquisição de equipamento básico e informático.



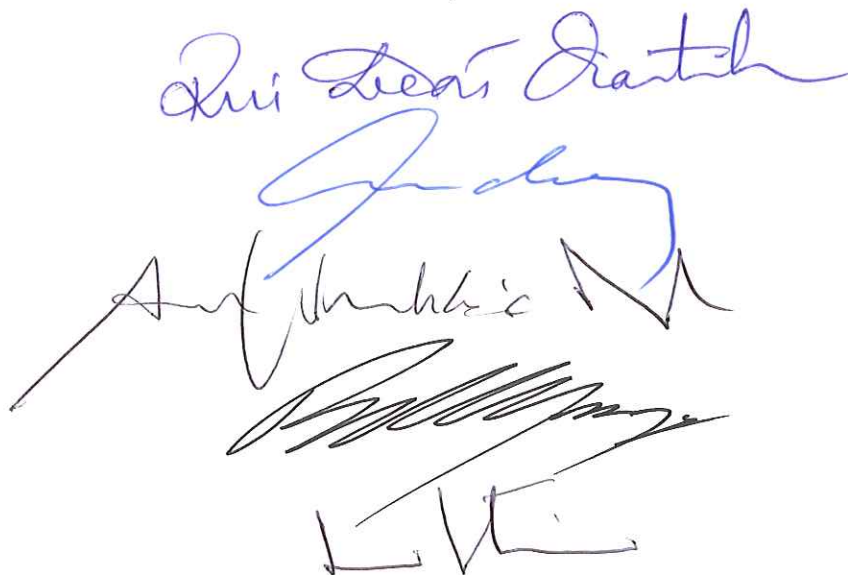
V – Resultado do Exercício

Em 2014, foi apurado um resultado positivo de 33.816,84 euros (trinta e três mil oitocentos e dezasseis euros e oitenta e quatro cêntimos).

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Patrimonial.

Lisboa, 18 de Março de 2015

A Direcção



The image shows several handwritten signatures. The top signature is in blue ink and appears to be 'Luís Carlos Duarte'. Below it are several signatures in black ink, including one that looks like 'Antonio...' and another that is more stylized. There are also some initials or short signatures at the bottom.

Demonstrações Financeiras

Balço

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	91.489,66	95.747,03
Activos intangíveis	6	31.982,50	52.818,93
Outros activos financeiros	7	0,00	375.000,00
		123.472,16	523.565,96
Activo corrente			
Adiantamentos a Fornecedores	13	2.428,20	0,00
Estado e outros entes públicos	12	1.039,95	4.715,99
Associados	8	168.722,14	152.250,73
Outras contas a receber	9	16.613,39	17.360,19
Diferimentos	10	22.315,03	14.805,19
Outros ativos financeiros	7	384.702,43	59.222,43
Caixa e depósitos bancários	4	2.341.676,77	2.275.760,76
		2.937.497,91	2.524.115,29
Total do activo		3.060.970,07	3.047.681,25
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	2.892.263,38	2.834.357,30
Resultado líquido do período		33.816,84	57.906,08
Total do fundo de capital		2.926.080,22	2.892.263,38
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	43.205,30	36.070,75
Estado e outros entes públicos	12	23.363,31	19.940,87
Diferimentos		0,00	10.000,00
Outras contas a pagar	14	68.321,24	89.406,25
		134.889,85	155.417,87
Total do passivo		134.889,85	155.417,87
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.060.970,07	3.047.681,25

Direcção

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Handwritten signatures in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]

Demonstração de Resultados por Natureza

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
Vendas e serviços prestados	15	899.274,81	935.705,87
Subsídios, doações e legados à exploração	16	83.932,92	112.357,78
Fornecimentos e serviços externos	17	(427.413,73)	(479.552,20)
Gastos com o pessoal	18	(401.554,09)	(405.730,33)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8; 19	(139.231,23)	(127.385,43)
Outros rendimentos e ganhos	20	66.664,08	83.007,61
Outros gastos e perdas	21	(16.595,02)	(19.502,78)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		65.077,74	98.900,52
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6; 22	(31.260,90)	(40.994,44)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.816,84	57.906,08
Resultado antes de impostos		33.816,84	57.906,08
Resultado líquido do período		33.816,84	57.906,08

Direção

Rui Luís Santos

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

[Handwritten signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de associados		856.637,70	1.032.905,03
Pagamentos a fornecedores		(436.035,74)	(501.559,20)
Pagamentos ao pessoal		(407.565,63)	(394.566,70)
Caixa gerada pelas operações		13.036,33	136.779,13
Outros recebimentos/pagamentos		(45.501,39)	(88.949,37)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(32.465,06)	47.829,76
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	5	(5.587,68)	(3.186,02)
<i>Ativos intangíveis</i>	6		(16.605,00)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>	20	54.448,75	72.010,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		48.861,07	52.219,58
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16.396,01	100.049,34
<i>Reclassificação Outros Invest. Financeiros - Ativo Corrente Curto prazo</i>	7	375.000,00	
Caixa e seus equivalentes no início do período	4;7	2.334.983,19	2.234.933,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4;7	2.726.379,20	2.334.983,19

Direcção

António Carlos de Sá

António Carlos de Sá

António Carlos de Sá

L. Sá

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

João

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2013

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	11	2.670.216,59	164.140,71	2.834.357,30	2.834.357,30
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11		(164.140,71)	(164.140,71)	(164.140,71)
	2			(164.140,71)	(164.140,71)	(164.140,71)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	11		57.906,08	57.906,08	57.906,08
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3			(106.234,63)	(106.234,63)	(106.234,63)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		11	164.140,71		164.140,71	164.140,71
	5		164.140,71	-	164.140,71	164.140,71
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6=1+2+3+5	11	2.834.357,30	57.906,08	2.892.263,38	2.892.263,38

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2014

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	6	11	2.834.357,30	57.906,08	2.892.263,38	2.892.263,38
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11		(57.906,08)	(57.906,08)	(57.906,08)
	7			(57.906,08)	(57.906,08)	(57.906,08)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11		33.816,84	33.816,84	33.816,84
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8			(24.089,24)	(24.089,24)	(24.089,24)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		11	57.906,08		57.906,08	57.906,08
	10		57.906,08	-	57.906,08	57.906,08
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6+7+8+10	11	2.892.263,38	33.816,84	2.926.080,22	2.926.080,22

Direcção

Técnico Oficial de Contas Nº 37322

António de Deus Antão

Luís

António
António
António

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua da Estrela, n.º 8, 100-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.



23

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contractos que os estabelecem.

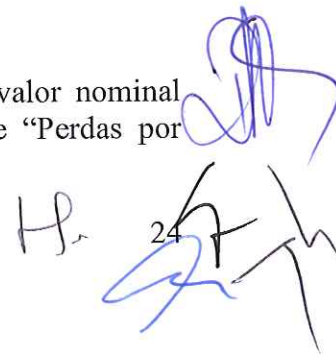
Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas, encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com despacho do Ministério das Finanças de 30 de Março de 1990.

- Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por



Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page, including a large signature and the number 24.

imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (jóias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumpções efectuadas pela Direcção foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade nas dívidas dos associados corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

- Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

4. Caixa e depósitos bancários

Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos ocorridos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 085,07	16 552,42	16 555,41	1 082,08
Depósitos à ordem	123 175,69	9 817 979,30	9 879 560,30	61 594,69
Outros depósitos bancários	2 151 500,00	6 714 500,00	6 587 000,00	2 279 000,00
Total	2 275 760,76	16 549 031,72	16 483 115,71	2 341 676,77

5. Activos fixos tangíveis

a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos;

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos activos fixos

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2014	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2014
Terrenos e recursos naturais	10.599,46			10.599,46
Edifícios e outras construções	97.377,85			97.377,85
Equipamento administrativo	420.843,74	4.968,68	-4.241,74	421.570,68
Outros activos fixos tangíveis	58.695,15	619,00		59.314,15
Total	587.516,20	5.587,68	-4.241,74	588.862,14

Movimentações nas depreciações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2014	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2014
Edifícios e outras construções	75.097,49	964,54		76.062,03
Equipamento administrativo	395.423,05	8.599,54	-4.821,16	399.201,43
Outros activos fixos tangíveis	21.248,63	860,39		22.109,02
Total	491.769,17	10.424,47	-4.821,16	497.372,48

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2014	Saldo Final 31-12-2014
Valor líquido dos activos fixos tangíveis	95.747,03	91.489,66

5.2 Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição			
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 50 anos	2 a 20 %
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha recta	1 a 10 anos	10 a 100 %
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 8 anos	12,50 % a 20%

6. Activos intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos activos intangíveis

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2014	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2014
Programas de computador	258.300,46			258.300,46
Propriedade industrial	1.444,33			1.444,33
Total	259.744,79	0,00	0,00	259.744,79

Movimentações nas amortizações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2014	Reforço	Regularizações	Saldo Final 31-12-2014
Programas de computador	206.925,86	20.836,43		227.762,29
Total	206.925,86	20.836,43	0,00	227.762,29

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2014	Saldo Final 31-12-2014
Valor líquido dos activos intangíveis	52.818,93	31.982,50

6.2 Outras divulgações

Descrição	Base mensuração	Método de depreciação	Vida útil	Taxa depreciação
Programas de computadores	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 6 anos	16,66 – 33,33 %
Propriedade industrial	Custo de aquisição	não definida		-

7. Outros Activos Financeiros

A Entidade tem uma aplicação financeira de curto prazo com mobilização imediata 9.702,43 euros e um produto financeiro, com vencimento em 28 de Setembro de 2015, no montante de 375.000,00 euros.

H
28
H

(em euros)

Outros Activos Financeiros	31-12-2014	31-12-2013	Varição
Correntes			
Fundo Tesouraria Montepio	9.702,43	59.222,43	-49.520,00
Fundo Banco BEST	375.000,00		375.000,00
Não correntes			
Fundo Banco BEST		375.000,00	-375.000,00
Total	384.702,43	434.222,43	-49.520,00

8. Associados

A rubrica Associados apresenta um valor de 168.722,14 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Rubrica	31/12/2014	31/12/2013	Varição
Quotas em dívida	741.359,42	612.221,24	129.138,18
Imparidades	-565.429,68	-450.939,88	-114.489,80
Saldo a Favor dos Associados	-7.207,60	-9.030,63	1.823,03
Total	168.722,14	152.250,73	16.471,41

8.1 Quotas em dívida

O valor de quotas em dívida ascendia a 741.359,42 euros, com a seguinte decomposição anual:

(em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2014	Quotas em dívida 31-12-2013	Varição	Quotas com Perdas por Imparidade Reconhecidas a 31-12-2014
2014	175.929,74		175.929,74	0,00
2013	139.231,23	161.281,36	-22.050,13	139.231,23
2012	116.665,70	127.385,43	-10.719,73	116.665,70
2011	87.489,20	92.824,20	-5.335,00	87.489,20
2010	69.775,60	72.908,60	-3.133,00	69.775,60

continuação (em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2014	Quotas em dívida 31-12-2013	Varição	Quotas com Perdas por Imparidade Reconhecidas a 31-12-2014
2009	55.473,92	57.837,46	-2.363,54	55.473,92
2008	41.858,11	43.611,46	-1.753,35	41.858,11
2007	21.883,14	22.721,18	-838,04	21.883,14
2006	14.458,66	14.913,06	-454,40	14.458,66
2005	9.203,51	9.462,67	-259,16	9.203,51
2004	5.896,21	5.896,21	0,00	5.896,21
2003	2.922,77	2.922,77	0,00	2.922,77
2002	556,66	441,87	114,79	556,66
2001	14,97	14,97	0,00	14,97
Total	741.359,42	612.221,24	129.138,18	565.429,68

8.2 Perdas por imparidade acumuladas

As perdas acumuladas atingem o valor de 565.429,68 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Perdas por imparidade	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
31/12/2014	450.939,88	139.231,23	-24.741,43	565.429,68
31/12/2013	339.503,64	127.385,43	-15.949,19	450.939,88
Varição	111.436,24	11.845,80	-8.792,24	114.489,80

8.3 Valor a favor dos sócios

Em 31 de Dezembro de 2014 o valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a 7.207,60 euros.

H. 30

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica Outras contas a receber apresentava o valor de 16.613,39 euros, relativos a:

Devedores por acréscimo de rendimentos – Juros a receber – 13.984,39 euros, decomposição por entidade bancária (ver nota 20.1)

(em euros)

Devedores por Acréscimos Rendt's.	Valor
Juros a Receber	13.984,39
Total	13.984,39

- Devedores diversos – 2.629 euros

(em euros)

Devedores Diversos	Valor
HTA - Hoteis Turismo, S.A	221,00
Livrarias Bertrand, S.A	210,00
FUN - Centros Temáticos Funchal	600,00
Administração Sol – Mar, Lda	1.350,00
Ricardo Madruga	248,00
Total	2.629,00

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor de pagamentos antecipados ascendia a 22.315,03 euros, representativo de gastos do ano de 2015 pagos no ano de 2014, com a seguinte decomposição:

(em euros)

Descrição	Valor
Licenças de Software	9.316,19
Rendas	1.451,65
Seguros	517,52
Livros Delegação Regional da Madeira	10.963,54
Outros gastos a reconhecer	66,13
Total	22.315,03

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

Handwritten signature and date: 31

11.1 Fundo Associativo

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Fundo associativo apresentava a seguinte decomposição:

(euros)

Fundos Patrimoniais	31/12/2014	31/12/2013	Varição
Fundo Patrimonial	2.892.263,38	2.834.357,30	57.906,08
Resultado Líquido do Período	33.816,84	57.906,08	-24.089,24
Total	2.926.080,22	2.892.263,38	33.816,84

11.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

12. Impostos e contribuições

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições:

(em euros)

Descrição	Saldo Devedor do período	Saldo Credor do período	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção na Fonte Efetuada por Terceiros	1.039,95		3.731,11	
Retenção de impostos sobre rendimentos		6.680,04		9.912,84
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		9.433,98	984,88	
Contribuições para a Segurança Social		7.249,29		10.028,03
Total	1.039,95	23.363,31	4.715,99	19.940,87

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica de Fornecedores apresentava o valor de 43.205,30€ relativo a dívidas de conta corrente e o valor de 2.428,20€ relativos a adiantamentos efectuados a fornecedores.

H. 32

14. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 a rubrica outras contas a pagar apresentava o valor de 68.321,24 euros, relativos a:

(em euros)

Descrição	31/12/2014	21/12/2013
Fornecedores Imobilizado		13.499,25
Acréscimo de gastos com remunerações a liquidar em 2015	50.525,81	52.225,24
Outros Acréscimos de gastos	262,77	4.160,86
Consumos a liquidar	498,00	498,00
Credores diversos	17.034,66	19.022,90
Total	68.321,24	89.406,25

15. Réditos

15.1 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Varição
Prestação de Serviços	899.274,81	935.705,87	-36.431,06
Total	899.274,81	935.705,87	-36.431,06

15.1.1 O rédito da categoria Prestação de Serviços é decomposto por:

(em euros)

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Varição
Quotas	887.340,00	898.200,00	-10.860,00
Jóias	2.975,00	2.900,00	75,00
Inscrições em eventos	5.844,70	12.911,51	-7.066,81
Livros (Madeira)	2.174,56	19.283,14	-17.108,58
Outros	940,55	2.411,22	-1.470,67
Total	899.274,81	935.705,87	-36.431,06

33

16. Subsídios à exploração

Em 31 de Dezembro de 2014, o valor registado de 83.932,92 relativo a subsídios à exploração é decomposto por vários valores, atribuídos por diversas entidades à Ordem dos Economistas no âmbito de patrocínio a eventos e protocolos estabelecidos.

(em euros)

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação
Subsídios à exploração	83.932,92	112.357,78	-28.424,86
Total	83.932,92	112.357,78	-28.424,86

17. Fornecimentos e Serviços Externos Outras informações

Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

(em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013	Variações
Serviços especializados	230.910,90	262.685,62	-31.774,72
Trabalhos especializados	80.412,82	111.006,02	-30.593,20
Publicidade e propaganda	14.421,18	13.175,91	1.245,27
Vigilância e segurança	210,59	983,84	-773,25
Honorários	124.048,44	123.316,30	732,14
Conservação e reparação	3.121,22	2.598,87	522,35
Outros	8.696,65	11.604,68	-2.908,03
Materiais	27.357,53	37.510,16	-10.152,63
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	630,87	2.731,47	-2.100,60
Livros e documentação técnica	12.054,49	19.111,78	-7.057,29
Material de escritório	13.933,47	14.727,15	-793,68
Artigos para oferta	738,70	939,76	-201,06

continuação (em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013	Variações
Energia e fluidos	10.790,74	12.049,90	-1.259,16
Electricidade	9.220,24	10.594,26	-1.374,02
Água	1.570,50	1.455,64	114,86
Deslocação, estadas e transportes	8.316,09	13.034,69	-4.718,60
Deslocações e estadas	7.765,00	12.546,50	-4.781,50
Transporte de mercadorias	334,19	29,52	304,67
Outros	216,90	458,67	-241,77
Serviços Diversos	150.038,47	154.271,83	-4.233,36
Rendas e Alugueres	35.696,41	48.880,77	-13.184,36
Comunicação	47.669,59	47.487,75	181,84
Seguros	188,63	226,97	-38,34
Limpeza, higiene e conforto	15.102,52	13.754,12	1.348,40
Outros serviços	51.381,32	43.922,22	7.459,10
Total	427.413,73	479.552,20	-52.138,47

18. Benefícios dos empregados

18.1 Pessoal ao serviço da Ordem

O quadro de pessoal da Ordem, Sede e Delegações Regionais, é composto por 16 colaboradores, em que dois deles trabalham a tempo parcial.

Descrição	Nº Médio de Pessoas do período	Nº Médio de pessoas do período anterior
Pessoas remuneradas	16	17
Pessoas a tempo completo	14	15
Pessoas a tempo parcial	2	2
Pessoas ao serviço da Ordem por sexo	16	17
Masculino	6	6
Feminino	10	11

18.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

(em euros)

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação
Gastos com o pessoal	401 554,09	405 730,33	-4 176,24
Remunerações do pessoal	322 947,33	325 951,12	-3 003,79
Encargos sobre remunerações	64 321,12	65 386,47	-1 065,35
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	13 187,61	13 155,04	32,57
Outros gastos com o pessoal	1 098,03	1 237,70	-139,67

19. Imparidades

As perdas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2014 a 139.231,23 euros.

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívida a receber de associados reflecte a totalidade do valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2013.

(em euros)

Perdas por imparidades	31/12/2014	31/12/2013	Variação
Outras dívidas a receber	139 231,23	127 385,43	11 845,80

20. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos incluem:

(em euros)

Descrição	31/12/2014	31/12/2013	Variação
Rendimentos suplementares sub-locação à C.C. Luso Britânica	2 690,52	2 690,52	0,00
Recuperação de dívidas a receber	8 874,15	5 269,64	3 604,51
Outros			
Correcções relativas a períodos anteriores		2 065,52	-2 065,52
Restituição de impostos		971,33	-971,33
Outros não especificados	650,66		650,66
Juros obtidos	54 448,75	72 010,60	-17 561,85
Total	66 664,08	83 007,61	-16.343,53

20.1 Juros obtidos

Valor dos juros referentes ao período, com a seguinte decomposição por banco:

(em euros)

Banco	Juros de 2013 recebidos em 2014	Juros Recebidos	Juros de 2014 a receber em 2015	Total
Montepio Geral	-9 176,22	20 459,62	1 747,91	13 031,31
BANIF	-1 384,76	12 922,65	6 258,09	17 795,98
Millennium BCP	-3 767,67	13 502,28	2 537,74	12 272,35
BPI	-1 681,54	9 590,00		7 908,46
Novo Banco			3 440,65	3 440,65
Total	-16 010,19	56 474,55	13 984,39	54 448,75



37

21. Outros gastos e perdas

Os valores registados em outros gastos e perdas, correspondem a:

(em euros)

Descrição	31-12-2014	31-12-2013	Variação
Impostos	888,81	1.592,28	-703,47
Outros			
Donativos	474,00	450,00	24,00
Quotizações	8.620,00	15.825,64	-7.205,64
Insuficiência Estimativa Impostos	2.862,21		2.862,21
Correcções relativas a períodos anteriores		1.251,11	-1.251,11
Outros gastos e perdas	3.750,00	383,75	3.366,25
Total	16.595,02	19.502,78	-2.907,76

22. Gastos de Depreciação e Amortização

No ano 2014 foram reconhecidos 10.424,47 euros de depreciações e 20.836,43 euros relativos a amortizações, totalizando 31.260,90 euros, de acordo com os quadros seguintes:

(em euros)

Depreciações Activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Ferramentas e utensílios	Administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	75 097,49	87,06	395 423,05	21 161,57	491 769,17
Alienações / Abates			-4 821,16		-4 821,16
Depreciações do exercício	964,54	4,24	8 599,54	856,15	10 424,47
Depreciações acumuladas finais	76 062,03	91,30	399 201,43	22 017,72	497 372,48

(em euros)

Amortizações Activos intangíveis	Programas de computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	206 925,86	206 925,86
Amortizações do Exercício	20 836,43	20 836,43
Amortizações acumuladas finais	227 762,29	227 762,29


38

23. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, foram autorizadas para emissão, pela Direcção, em 18 de Março de 2015.

Direcção



TOC



Conselho Fiscalizador de Contas

Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2014

Em cumprimento do Estatuto da Ordem dos Economistas apresentamos o Relatório da nossa actividade e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentado pela Direcção da Ordem dos Economistas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, nomeadamente o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Foram-nos prestados, quer pela Direcção, quer pelos Serviços, todos os esclarecimentos solicitados.

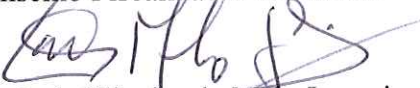
Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direcção satisfazem as disposições estatutárias.

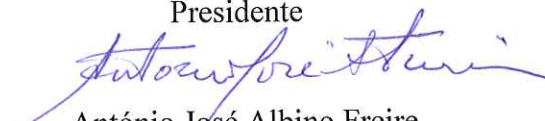
Tendo por base as verificações efectuadas, somos de parecer:

- 1 - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e Contas apresentados pela Direcção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 2 - Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pela Direcção.

Lisboa, 19 de Março de 2015

O Conselho Fiscalizador de Contas


Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro
Presidente


António José Albino Freire
Vice-Presidente

José António Mascarenhas Pedroso
Vogal

